



**A MULHER NEGRA NO BRASIL: ESTÉTICA COMO AGRAVADORA  
DO RACISMO E SEXISMO A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE LÉLIA  
GONZALEZ**

*The Black Woman in Brazil: Aesthetics as Against Racism and Sexism from the Conception of  
Lélia Gonzalez*

Francisco Anderson de Castro<sup>1</sup>

Palloma Valéria Macedo de Miranda<sup>2</sup>

Fábio Abreu dos Passos<sup>3</sup>

**RESUMO**

Este estudo tem como objetivo geral discorrer de forma sucinta e crítica sobre os principais desafios enfrentados pelas pessoas negras, em especial as mulheres, na sociedade brasileira. E como objetivos específicos, analisar, a partir da concepção do feminismo, as problemáticas que englobam o racismo, sexismo, democracia racial, estética do racismo e como estes também acabam servindo de base para o justificar o epistemicídio da intelectualidade negra feminina, no qual esses desafios são herdados de opressões do colonialismo imposto ao território brasileiro. Com isso, dissertaremos também a respeito de diversas categorias dessas opressões, e como elas se relacionam ao cenário político cultural brasileiro e de que maneira essas opressões atingem, em específico, os corpos das mulheres negras, que sofrem um processo constante de epistemicídio e sexualização extrema. Por fim, este trabalho tem como apoio teórico o pensamento da filósofa Lélia Gonzalez, que percebe na criação de um espaço de beleza negra feminina, que suas vozes podem ser ouvidas e sua filosofia exaltada. Não obstante, o texto também contém como suporte teórico complementar análises de autoras como Bell Hooks, Djamila Ribeiro, Sueli Carneiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo. Racismo. Sexismo. Democracia racial. Estética. Epistemicídio. Filosofia.

**ABSTRACT:**

This study aims to discourse succinctly and critically on the main challenges faced by black people, specially women, in Brazilian society. Also, this study aims to analyze, from the conception of feminism, the issues that involves racism, sexism, racial democracy, aesthetics of racism, and how all of this are used as excuses to justify the epistemicide of black female intellectuality, in which these challenges are inherited from oppression of colonialism imposed on the Brazilian territory. In the perspective, we will also dissected about several categories oppressions, and how they relate to the Brazilian cultural political scenario and how do these oppressions specific to the bodies off black women, who suffer a constant process of epistemicide

<sup>1</sup> Graduando de Filosofia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: [andersoncastroacademic@gmail.com](mailto:andersoncastroacademic@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda de Filosofia pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: [pallomavaleria10@hotmail.com](mailto:pallomavaleria10@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Filosofia da UFPI. E-mail: [fabiopassos@ufpi.edu.br](mailto:fabiopassos@ufpi.edu.br)



and extreme sexualization. Finally this work has a theoretical support in the studies of Lélia Gonzales, who perceives in the creation of a female black beauty space, where their voices can be heard and their philosophy can be praised. In addition, the text also contains a complementary theoretical support in Bell Hooks, Djamilia Ribeiro and Sueli Carneiro.

**KEYWORDS:** Feminism. Racism. Sexism. Racial democracy. Aesthetics. Epistemicide. Philosophy.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como principal objetivo analisar o papel da mulher negra na sociedade brasileira e refletir sobre o conceito de estética racial a partir da perspectiva de Lélia Gonzalez. Assim, a análise busca também demonstrar que através do pensamento da filósofa é possível que o problema étnico-racial presente na sociedade seja analisado a partir de suas raízes filosóficas. Não apenas no Brasil, mas em diversos países que ainda possuem um sistema que privilegia certas etnias da mesma forma que traz opressão a outras, também se configura como um problema estético.

Para tal constatação, é necessário analisar seus escritos sobre cultura e sociedade brasileira, as quais são interpretadas como uma *América*, que se trata de uma junção do nome de dois continentes: a América. Na qual, grande parte da população negra se encontra, nos dias de hoje, e a África, lugar de origem dessa população e maior colaborador cultural para a formação da América Latina. Devido à significativa influência da cultura dos povos negros, que apesar de possuírem esse local de efetivador e criador de boa parte desses elementos culturais e tradições, se apresentam como um não significante na cultura brasileira. Com isso, será necessário traçar também as contribuições das mulheres negras para a cultura brasileira e, sobretudo, as formas de conhecimentos produzidos por elas desde a escravidão até os dias atuais, visto que suas formas de resistência contra a escravidão também tiveram um grande impacto no que diz respeito à formação dos valores e cultura do Brasil.

Diante disso, será travada ainda uma discussão sobre as principais consequências da escravidão para as mulheres negras, destacando as formas como as opressões sofridas no período colonial ainda permeiam nos dias atuais, ou seja, será refletido como as consequências da escravidão ainda reverberam na contemporaneidade. Destaca-se como as condições sociais, elementos da tradição filosófica e artística, levaram a uma desvalorização estética dos corpos negros e de seus elementos culturais com um teor negativo, o que traz uma criação racista e uma exclusão estética dos corpos negros da arte



e da sociedade.

Ademais, será necessário também trazer à tona conceitos como epistemicídio, ao passo que este atravessa a produção intelectual de mulheres negras como mais uma forma de violência contra o povo negro, em essencial, à figura feminina negra, em suma, o epistemicídio pode ser compreendido como uma violência epistêmica. Este conceito refere-se ao apagamento ou ocultação de saberes gerados por povos considerados estranhos pelo sistema hegemônico e tem como base de sustentação a hierarquização dos saberes, superiorizando uma minoria intelectual, em detrimento da inferiorização da intelectualidade de um povo que não se enquadra no padrão social branco e patriarcal (CARNEIRO, 2005).

Assim, será fundamental evidenciar as contribuições culturais e intelectuais das mulheres negras, para demonstrar que estas sempre produziram saberes ao longo da história e que estes conhecimentos estão intrinsicamente ligados à construção histórico-social do Brasil. No entanto, estes saberes foram invisibilizados ao longo da história, pois é possível dizer que, no Brasil, as formas de conhecimento que são consideradas válidas são aquelas que seguem o padrão branco, patriarcal e europeu, colocando as outras epistemes à margem, e isso ainda ocorre, essencialmente, pelo fato de o Brasil ser um país colonizado pelos portugueses. Não obstante, será importante fazer alusão também aos conceitos de democracia racial e estética do racismo, para demonstrar como se dá a distorção e a negatividade da imagem da mulher negra na sociedade brasileira. Deste modo, é essencial considerar que os termos racismo, sexismo, estética racial e epistemicídio se entrelaçam no decorrer do estudo.

Para uma tentativa de ressignificação dessas ideias é proposto uma valorização da estética negra que leve a um reconhecimento cultural que pode servir como primeiro passo. A exaltação desta cultura como um agente norteador se assemelha à postura do filósofo moderno alemão Friedrich Schiller. Devido à maneira abertamente descolonial de se abordar as temáticas de emancipação dos povos latinos, a mera citação a um pensador de cultura europeia pode causar as mentes mais desavisadas, ou que compreenderam o debate de maneira superficial, a apontar um nível de incoerência na argumentação aqui exposta. Tal visão se torna equivocada, pois a referência a um pensador base da filosofia não é tratada como um ato colonial, pois sempre foi buscada uma complementação e



adaptação do pensador ao contexto filosófico/social da América Latina e ao fato de em nenhum momento ser uma invalidação do pensamento de Lélia Gonzalez, mas sim uma mera complementação aos seus escritos.

### **O PAPEL DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: DO COLONIALISMO À CONTEMPORANEIDADE**

De acordo com Gonzalez (2020), nos reinos e impérios africanos as mulheres eram tratadas com grande respeito e, com isso, em muitos dos territórios africanos de onde vieram chegavam até mesmo à participação política. Tal argumento pautado pela filósofa permite levantar os seguintes questionamentos: qual o papel da mulher negra na sociedade brasileira? A escravidão influenciou diretamente no posicionamento da mulher na família e na comunidade? Quais os obstáculos que elas enfrentaram e ainda enfrentam para se estabelecer tanto socialmente quanto no mercado de trabalho após a escravidão? Pois, ao serem retiradas de seu país de origem para serem escravizadas, deixaram de ser respeitadas como seres humanos, ficando reclusas a qualquer tipo de direito.

No que se refere ao papel das mulheres negras no Brasil, é possível dizer que estas, ainda nos dias atuais, enfrentam dificuldades para se estabelecer socialmente. Isso ainda ocorre devido a uma série de estereótipos que lhes são atribuídos, sejam estes em relação à imagem depreciativa que muitas vezes lhe é dada, seja pela superexploração ou alienação a que ela está submetida. Porém, é necessário ressaltar que a mulher negra, ainda no período colonial, teve uma fundamental contribuição para a formação dos valores e saberes da sociedade brasileira, sobretudo por meio de suas formas de resistência contra a opressão.

No entanto, este fato muitas vezes não é levado em consideração, porque pode-se afirmar que por muito tempo houve, e de certa forma ainda há, o epstemicídio<sup>4</sup> dos saberes e das contribuições sociais produzidos e gerados por povos tidos como “estranhos”, e com a mulher negra não foi diferente. Podem ser citadas como grandes exemplos de produções intelectuais e de resistência: Esperança Garcia, Conceição

---

<sup>4</sup> De acordo com Sueli Carneiro, o termo epstemicídio foi criado por Boa Ventura Sousa, para tratar do apagamento e invisibilização dos saberes “estranhos” produzidos por povos que também são considerados “estranhos” pelo restante da sociedade. Pois, os únicos tipos de saberes socialmente aceitos foram aqueles pautados no modelo eurocêntrico, branco e patriarcal (CARNEIRO, 2005).



Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, etc.

A pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez nos dá uma perspectiva muito interessante sobre esse tema, porque criticava a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população. Ou seja, reconhecendo a equação: quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica, conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento (RIBEIRO, 2019, s.p.).

Nessa perspectiva, Ribeiro (2019) explicita que quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, na medida em que o conhecimento científico considerado válido é pautado na explicação epistemológica eurocêntrica, que legitimou a hierarquização dos saberes, estruturando o modelo eurocêntrico patriarcal como conhecimento dominante e invisibilizando outras experiências epistêmicas. Assim, é possível dizer que tal modelo constitui a base dos conhecimentos científicos-filosóficos que tomaram como sustentáculo, sobretudo, a concepção do pensamento dos filósofos da Grécia Antiga e moldando, com isso, toda a configuração de saberes. Dessa maneira, o modelo científico passou a valorizar a categoria epistêmica branca e patriarcal, constituindo-se a partir de bases excludentes, não apenas no que se refere ao gênero, mas também à raça, impregnando, por consequência, tanto uma dominação de saberes, quanto também de discursos, gerando, então, o epistemicídio.

Com isso, é possível ressaltar que na própria categoria epistêmica instalou-se relações de poder, em que os conhecimentos que não se enquadram em determinado padrão são apagados da história e os sujeitos responsáveis por “gerarem conhecimentos estranhos” são constantemente silenciados. E para se ter compreensão do quão este processo é profundamente enraizado, é cabível ressaltar que a filosofia africana é, até os dias presentes, constantemente diminuídas e invisibilizada, sendo que desde os primeiros tempos o Egito já compartilhava do conhecido “amor pela sabedoria”, então pode-se considerar que não cabe dizer que filosofia foi criada por um povo ou outro, por isso, segue-se que:

[...] O Livro dos Mortos era uma espécie de manual colocado junto das múmias com instruções e feitiços que os falecidos poderiam usar no mundo dos mortos. Por meio dele conhecemos coisas importantes da cultura kemética. Ideias originais que ainda não haviam sido exploradas por nenhum povo da humanidade. Entre elas: A preparação para a morte como a parte mais



importante da vida; A ideia da imortalidade da alma; A ideia de separação do corpo/mente; A classificação de vários tipos de mente em um mesmo indivíduo; Princípios éticos e morais; A ideia da correlação entre Justiça e Verdade. Além das obras religiosas, temos outra fonte poderosa de acesso ao pensamento egípcio. Está exposto da literatura sebayt, um gênero literário com ensinamentos e instruções éticas, políticas e metafísicas sobre como governar com sabedoria e como viver bem. Não diferente dos livros sapienciais dos judeus, aos quais provavelmente deu origem. Estas obras eram um gênero literário que tinha como objetivo a instrução de filhos de faraós, escribas, vizires e demais membros do alto-escalão da realeza faraônica. Vamos ver vários exemplos de literatura sebayt mais para frente neste livro. Estes são apenas alguns indícios de que o amor pela sabedoria não foi simplesmente inventado por este ou aquele povo, mas é parte da própria natureza humana. Nesse sentido podemos dizer que desde que humanidade existe, existem os filósofos. Esta é uma verdade, mas é verdade também que a filosofia africana é a mais antiga tradição do pensamento de que temos notícia (Tamosauskas, 2020, p. 11-12).

Então, seguindo essa linha de pensamento, no que tange a um contexto brasileiro, é possível ressaltar que a intelectualidade da mulher negra enfrenta ao longo da história obstáculos que dão- se através do racismo e do sexismo, pautados na ideologia do braqueamento, em que apenas o homem branco é constituído como o ser intelectual, dito de outro modo, a estética termina por constituir-se como fator primordial para definir o “local social” do povo negro e aqueles que são “seres racionais”, cabe ressaltar que esta estética também é afetada pelos fatores raciais/ sexistas, ou seja, a estética transforma-se em dispositivo de exclusão. Estes aspectos contribuem para ocultar os saberes de mulheres negras e, conseqüentemente, para silenciar seus discursos, ao passo que a própria história não demonstra as contribuições de saberes produzidos por elas através, sobretudo, de suas resistências no período da escravidão. Deste modo, Lélia Gonzalez frisa que tais conhecimentos tiveram um impacto construtivo no caráter social brasileiro, influenciando e moldando a cultura brasileira e sua construção linguística (GONZALEZ, 2020). Entretanto, os estigmas gerados pela hierarquização epistêmica, acabam sobrepondo-se a estes fatos. Por exemplo, uma das formas de ocultar as mulheres negras do meio intelectual e político ocorre por meio da acusação de serem “aficionadas por políticas identitárias”:

Acusar-nos de “aficionados por políticas identitárias” é um argumento falacioso, isto é, quando se quer como dado aquilo que se deseja provar, pois o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidades funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas



identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimentos de outros (RIBEIRO, 2019, s.p.).

Não obstante, Sueli Carneiro (2005) considera que o epistemicídio tem como uma de suas principais bases de fundamentação, duas formas de sequestro da razão. A primeira provém da negação da racionalidade do Outro, do considerado estranho, negando-lhe a humanidade e atribuindo a incapacidade de aprender. E a segunda provém da assimilação cultural que em alguns casos são impostas. Com isso, a filósofa considera que a destituição da capacidade racional, inferiorização, etc. apenas “[...] afirma uma Razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia [...]” (CARNEIRO, 2005, p.99). Isso é, a partir do conceito de epistemicídio, pode-se compreender que o ideal de ser humano racional afirma e naturaliza a superioridade europeia na medida em que aqueles que não se enquadram em seus padrões são considerados naturalmente incapazes de raciocinar, sendo intelectualmente inferiores.

A partir disso, torna-se essencial analisar a situação da mulher enquanto escrava. Gonzalez (2020) constata que, embora em termos quantitativos o elemento masculino escravizado prevaleça, o sistema, ainda assim, não suavizou o trabalho da mulher negra. A pensadora pontua que o trabalho da escrava pode ser encontrado nas duas categorias de Freitas, que se disseminam como a trabalhadora do eito e a mucama (FREITAS *apud* GONZALEZ, 2020). Compreender a situação da mulher negra no período da escravidão é necessário para delinear a trajetória delas enquanto sujeitos efetivos que moldaram o caráter da cultura brasileira, explicitando tanto a superexploração física, sexual, quanto intelectual. Por tanto, é necessário demonstrar as consequências e estigmas que ainda permeiam não apenas o corpo negro feminino, mas também como isso contribui diretamente na invisibilização da mulher negra enquanto sujeito intelectual.

## **EXPLORAÇÃO FÍSICA E SEXUAL: A RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA E A PRODUÇÃO DE SABERES NO PERÍODO COLONIAL**

Segundo Lélia Gonzalez (2020), escrava do eito era submetida ao trabalho físico, trabalhando de sol a sol, insuficientemente alimentada e, muitas vezes, quando se



encontravam grávidas, chegavam a cometer suicídio para que seus filhos não tivessem o mesmo destino delas. Por outro lado, a mucama era responsável por manter o bom andamento da casa-grande. As tarefas realizadas pela mucama eram: passar, lavar, fiar, tecer e amamentar os filhos de suas “sinhazinhas” Ademais, ainda eram submetidas às investidas sexuais do senhor branco, que muitas vezes “autorizava” e convidava” parentes a iniciarem suas vidas sexuais com as mucamas mais atraentes. “Após o trabalho pesado na casa – grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos, etc. quase mortos de fome” (GONZALEZ,2020, p. 53). A partir desse ponto de vista cabe acrescentar que “[...] enfim, a divisão do trabalho por sexo se consolidou na colônia, fortalecendo a dupla opressão da mulher: do sexo e de classe. “O machismo e a exploração econômica serviram ao sistema global de dominação patriarcal e de classe” (TELES,1999, p.21).

De acordo com Gonzalez (2020), após a abolição, ainda nos primeiros tempos de liberdade e de “Cidadãos iguais perante a lei”, o trabalho da mulher negra duplicou à medida que esta passou a ser o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Com isto, elas passaram a precisar se dividir entre o trabalho na casa da patroa e as obrigações familiares. Nos dias atuais, este fato ainda ocorre e a opressão ainda continua e, com isso, o racismo passou a ditar a forma como as empregadas domésticas negras são tratadas e excluídas.

[...] Antes de ir ao trabalho havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar as três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar as sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo (GONZALEZ, 2020, p. 40).

Para tanto, é importante ressaltar que apesar das opressões vivenciadas na escravidão, as mulheres negras sempre compartilharam de formas de resistências, visto que as trabalhadoras do eito estimulavam seus companheiros para a fuga e revolta, o que foi de essencial importância para a formação dos quilombos. A mucama, por sua vez, deu origem à mãe-preta, que cuidava e educava os filhos dos seus senhorios, o que acarretou em uma ligação direta com as crianças brancas, em termos de primeira infância.

Gonzalez (2020) considera que a primeira infância é fundamental na formação psíquica de qualquer pessoa. Então, a mãe preta e o pai João, contando suas histórias





sobre a mula-sem-cabeça e outras figuras do imaginário popular, deram origem ao que a autora descreve como “resistência-passiva”. Aqui se pode compreender a influência e o papel da mulher negra ainda no período colonial e que tal ascendência perpassa até os dias atuais, pois foi com suas histórias que a mãe-preta e o pai João criaram uma espécie de “romance-familiar” que teve uma importância fundamental na formação de valores e crenças, influenciando diretamente no espírito popular brasileiro. Nessa concepção, é possível compreender que:

Lélia Gonzalez evidenciou as diferentes trajetórias e estratégias de resistências dessas mulheres e defendeu um feminismo afrolatinoamericano, colocando em evidência o legado de luta, a partilha de caminhos de enfrentamento ao racismo e sexismo já percorridos. Assim, mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistências (RIBEIRO, 2019, s.p.).

Desse modo, a hierarquização racional acarreta na superiorização intelectual de um povo em detrimento de outro, ocasionando de forma particular, no que se refere à história da mulher negra no Brasil, o ocultamento e a exclusão de seu importante papel na construção da sociedade brasileira, e, em certa medida, tornando irrelevante às opressões sofridas por elas no período colonial. Ademais, é possível compreender que a invisibilização da história da mulher negra e a inferiorização de seus saberes são grandes responsáveis por fortalecer a ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial, visto que a mestiçagem é utilizada para defender que no Brasil não existe racismo pelo fato de ser um país miscigenado (GONZALEZ, 2020).

Entretanto, este mito apenas mascara o racismo, tornando-o implícito. Um exemplo de racismo mascarado é a maneira “suave” que a história da mulher negra é apagada, no Brasil. Assim, todos esses fatores também podem ser compreendidos como dispositivos chave do epistemicídio, que gera uma violência simbólica sobre o corpo negro feminino e suas epistemes. “Como acontece com todos os mitos, o da democracia racial oculta mais que revela, especialmente, no que diz respeito à violência simbólica contra as mulheres afro-brasileiras [...]” (GONZALEZ, 2020, p.165). Ao apenas afirmar que no âmbito social brasileiro não existe racismo por ser um país miscigenado, a exploração sexual que deu origem a essa miscigenação é ocultada. Desse modo, a autora destaca que “[...] numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação fazem dos negros e das mulheres cidadãos de



segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p.165).

A história brasileira, além de ser dominada pela supremacia branca patriarcal, gerou sobre as mulheres negras estereótipos racistas e sexistas que não apenas violentam seu corpo, mas também inferioriza sua intelectualidade e determina seu lugar na sociedade. Assim, a história não apenas desconsiderou a mulher negra enquanto sujeito efetivo da sociedade brasileira, como também fortaleceu o ideal de que elas não pertencem à categoria feminina. Eis que a ideologia do branqueamento apenas a considera como uma Mulher propriamente dita, quando seus traços se aproximam do padrão feminino branco e quando elas se comportam como uma “mulher branca” (GONZALEZ, 2020). Outrossim, têm-se uma relação direta entre epistemídio, racismo e sexismo, em que estes dois últimos se constituem como fatores determinantes do racismo intelectual, no que diz respeito a mulher negra.

#### **MULHER NEGRA E MOVIMENTO FEMINISTA: IDEAL DE RACIONALIDADE E DE FEMINILIDADE COMO MECANISMOS DE SILENCIAMENTO**

Na contemporaneidade, o movimento social negro vem desempenhando um importante papel na luta antirracista e isso se deu, segundo Lélia Gonzalez (2020), devido ao desenvolvimento e à expansão dos movimentos sociais na metade dos anos de 1970, que propiciaram a mobilização e a participação de amplos setores, no que tange à reivindicação de seus direitos e de uma intervenção política mais direta. Com isso, o feminismo também passou a ganhar força e o feminismo negro surge no interior do movimento negro.

Gonzalez (2020) aponta que o desenvolvimento do feminismo negro se tornou necessário pelo fato de que o movimento feminista, que muitas vezes era liderado por mulheres brancas de classe média, acabava se esquecendo da questão racial. Assim, “[...] elas entraram para o movimento apagando e negando a diferença, sem pensar em raça e gênero juntos, mas eliminando raça do cenário. Priorizar gênero significou que mulheres brancas podiam assumir o palco, dizer que o movimento era delas, mesmo ao convocar todas as mulheres para aderir [...]” (HOOKS, 2018, s.p.).

Nessa perspectiva, isso pode ser compreendido como mais uma demonstração das raízes históricas e culturais, em que até mesmo a expressividade, a personalidade e a



forma das mulheres negras se comportarem nos debates, ganharam estigmas negativos, sendo consideradas até mesmo como agressivas. A partir disso, é necessário frisar que Lélia Gonzalez (2020), também reflete sobre a ausência de mulheres negras no feminismo hegemônico, criticando a insistência das intelectuais ativistas em reproduzirem apenas um feminismo europeu, sem dar a devida importância à realidade dessas mulheres em países colonizados (RIBEIRO, 2019). Dessa maneira, Gonzalez (2020) considera que apesar dos movimentos feministas terem sido de suma importância e fornecerem grandes contribuições para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, ele terminou deixando de lado a discriminação racial. Deste modo, acabou anulando o fato de que ser mulher negra, principalmente no Brasil, significa sofrer tripla discriminação, originados pelo racismo e pelo sexismo.

A exclusão da mulher negra do movimento feminista e o descaso deste em relação às opressões sexistas/raciais decorrem, em essencial, da universalização do “modelo feminino” ou “essência feminina”, que tinha como base o ideal de feminilidade<sup>5</sup>. Este ideal, que foi formulado a partir de percepções masculinas e reproduzindo por mulheres brancas feministas, acabou não apenas interferindo na vida político-social das mulheres negras, mas, sobretudo, impondo consequências também no meio intelectual. Dessa maneira, a feminilidade não apenas é mais um fator determinante do epistemicídio, mas também contribuiu para a exclusão dentro do próprio movimento feminista. Ademais, em conjunto com a ideologia do branqueamento, este ideal feminino acaba ditando a figura da mulher, não levando em consideração as mulheres negras. “[...] Uma mulata deve ter delicados traços brancos se espera sucesso garantido, o que é preciso dizer, não é fácil de encontrar, observa Ilan Amaral. Em sua opinião, mesmo se a mulata não tiver um nariz fino e lábios bem desenhados, ela pode ser destacar no palco e ser invencível em sua

---

<sup>5</sup> Os preceitos acerca do corpo e da intelectualidade feminina constituídos ainda na Grécia Antiga, acabaram dando respaldo para fortalecer os preconceitos contra a mulher. Isso, no séc. XIX, levou à constituição da ideia de essência feminina, ou seja, a *feminilidade*. Este fator acabou fortalecendo as concepções negativas acerca da mulher, em que somente as mulheres consideradas frágeis e com inclinação para o casamento eram as mulheres brancas, pertencentes à classe burguesa. Aquelas que não se enquadravam no padrão feminino eram submetidas a opressões físicos-sexuais. Sob essa ótica, “a falta de feminilidade” era utilizada como justificava para assédios sexuais, por parte dos homens. E foi o posicionamento excludente da primeira onda do movimento feminista que levou Sourjourner Truth, uma escrava liberta, a ser e primeira mulher a questionar o ideal de feminilidade e as controvérsias do discurso feminista. “Não sou eu uma mulher? Olhe para mim! Veja meu braço! Já manejei o arado, já plantei, já guardei a colheita nos seleiros, e nenhum homem conseguia chegar na minha frente! Não sou eu uma mulher? [...] (TRUTH *apud* BARCELLA; LOPES, 2018).



profissão se “aprender a ser como uma mulher” (GONZALEZ, 2020, p. 169).

Dessa forma, o modelo de ser humano racional, em conjunto com o modelo de feminilidade, podem ser considerados como os principais instrumentos que contribuíram para excluir dos campos públicos e invisibilizar conhecimentos, restringindo e oprimindo quem não fazia parte da supremacia branca patriarcal. Nessa concepção é possível compreender tanto a opressão relacionada ao corpo negro feminino, quanto à intelectualidade, em que seu corpo sempre se sobrepõe a sua intelectualidade. Em outras palavras, os estigmas que recaem sobre a aparência da mulher negra acabam invisibilizando-as do campo intelectual. Por conta disso, ocorre uma exaltação sexualizada em relação ao seu corpo, o que acaba distorcendo sua intelectualidade à medida que apenas seu corpo é “exaltado”, mas sua mente não. Tem-se como consequência a reclusão da mulher negra de âmbitos públicos e o agravamento da dificuldade para que elas consigam estabelecer-se como corpos políticos.

[...] Do mesmo modo, nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentada por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. Não será necessário dizer que, com todas essas características, estamos nos referindo ao *sistema patriarcal-racista*. Consequentemente, o feminismo consigo mesmo não pode enfatizar a dimensão racial (GONZALEZ, 2020, p. 141).

Além disso, a universalização do modelo epistêmico, e da feminilidade, pautados sob a perspectiva do eurocentrismo, acabou acarretando também no privilégio do discurso, no qual mulheres negras foram e ainda são constantemente silenciadas pela sociedade hegemônica. Isso ocasiona no silenciamento dessas mulheres no centro dos debates feministas. E é nessa perspectiva que Lélia Gonzalez (2020) irá chamar atenção para a forma que o feminismo perpetuou, durante muito tempo, o racismo. Tal reprodução se deu tanto ao silenciar as mulheres negras, dando preferência aos discursos de mulheres brancas, quanto ao deixarem de lado as opressões racistas/sexuais. Assim, a filósofa destaca que o tipo de racismo propagado pelos movimentos feministas era o denominado racismo por omissão. “[...] Surge, por tanto, a pergunta: como podemos explicar esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão, cuja as raízes, dizemos, estão



em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista” (GONZALEZ, 2020, p.141).

Desse modo, ao se levar em consideração a hierarquização dos saberes, cabe ressaltar que ser mulher negra no meio intelectual também pode significar sofrer tripla discriminação. Sob essa ótica, “as forças do racismo e do machismo frequentemente fazem com que a experiência da mulher negra pós-graduanda difira da experiência do homem branco”. (HOOKS, 2019, p. 134). Nesse sentido, a autora destaca que as combinações entre machismo e racismo moldam a trajetória da mulher negra intelectual, principalmente no que diz respeito ao meio acadêmico, tornando-se fios condutores que passam a medir tanto seu desempenho acadêmico quanto a empregabilidade destas neste campo (HOOKS, 2019).

Com isso, o sexismo e o racismo passam a discernir a intelectualidade da mulher. Ou seja, a filósofa americana atribui que é o conceito ocidental sexista/ racista que determina quem é o sujeito dotado de capacidade racional e o que é considerado válido intelectualmente. Esse conceito ocidental também busca eliminar qualquer possibilidade do reconhecimento de que mulheres negras também compõem uma representatividade de uma vocação intelectual. Tal prerrogativa do que compõe os saberes socialmente válidos ligam a mulher negra apenas ao seu corpo, e não ao pensar (RIBIERO, 2019). Nisso, a sociedade dita o lugar da mulher negra através de sua aparência e, com isso, a conceituação eurocêntrica do que vem a ser um indivíduo intelectual faz com que o caminho de mulheres negras intelectuais se torne cada vez mais árduo.

E o conceito ocidental sexista/racista de quem e o que é um intelectual, elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar as mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva [...] (HOOKS, 1995, p. 468).

Assim, cabe dizer que o sexismo e a estética racial acabam influenciando e fortalecendo a ideia de inferioridade da mulher negra, também no âmbito intelectual.



Então, diante disso, é cabível levantar a seguinte questão: a invisibilização/ocultamento da intelectualidade de mulheres negras também ocorre em prol da sexualização de seus corpos? Bell Hooks (1995) pontua que as mulheres negras têm sido historicamente consideradas apenas corpo, sem mente. Nessa concepção, é possível dizer que muitas identidades têm sido silenciadas e desautorizadas historicamente no que se refere ao sentido epistêmico. Deste modo, qualquer forma de conhecimento que não se enquadre no modelo epistêmico é considerada estranha e socialmente ameaçadora, em que os argumentos que colocam em dúvida a intelectualidade da mulher negra sempre têm como ponto de partida a aparência dela.

Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais (RIBEIRO, 2019, s.p.).

No Brasil, esse marcador é principalmente uma consequência direta do processo de uma ideologia de branqueamento. Mesmo que de maneira imperceptível, o homem branco é tido como o sujeito universal, dotado da racionalidade e às demais populações restam papéis de coadjuvante na história do sujeito racional. “Apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, percebe-se que muitos deles não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental. Aqui e ali podemos constatar em seus discursos os efeitos do neocolonialismo cultural [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 31). Uma das principais consequências deste processo, e uma das ideologias mais vigentes no Brasil contemporâneo, é a democracia racial, fruto direto da ideologia do branqueamento, que gera a ilusão de uma constituição e fundação branca e masculina das raízes brasileiras. Entretanto, é necessário destacar que falar da sociedade brasileira e de seu processo histórico social, é falar também das contribuições que o negro traz a essa sociedade, tendo tais colaborações apagadas por meio de mecanismos que contribuem para silenciar e marginalizar os saberes gerados por estes (GONZALEZ, 2020).

## **DEMOCRACIA RACIAL E A ESTÉTICA DO RACISMO: A MULHER NEGRA COMO OBJETO SEXUAL**



Ainda no período colonial, a superexploração da mulher negra se dava tanto através da mão-de-obra escrava, quanto por violência sexual. Em que, muitas vezes estas foram submetidas a abusos sexuais, em grande maioria por seus senhorios. Ao evidenciar as violências físicas-sexuais a que as mulheres negras foram submetidas no período da escravidão Lélia Gonzalez (2020), destaca que existem duas tendências deológicas que configuram a identidade negra na sociedade brasileira: a democracia racial e a ideologia do branqueamento. Deste modo, “a diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os ‘casamentos inter-raciais’ nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte de uma minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos, etc.)” (GONZALEZ, 2020, p. 50). Ademais, a partir dessa análise pode-se dizer que essa “miscigenação” é um dos fatores fundamentais que deu origem a um mito que permeia até os dias atuais, ou seja, contribuiu para a formulação do mito da democracia racial<sup>6</sup>.

O efeito maior dessa crença, de acordo com a autora, é a ideia de que não existe racismo no Brasil, por ser um país “miscigenado”. É importante ressaltar ainda que este termo anula diversas violências sofridas pela mulher negra na época da escravidão, principalmente a violência sexual. Em suma, o mito da democracia racial, fortalecido pela ideologia do branqueamento, é um dispositivo utilizado para determinar o lugar da mulher negra na sociedade, e no mercado de trabalho. Tal determinação ocorre de maneira mascarada através dessas ideologias, desse modo, Gonzalez (2020), acentua “[...] branca pra casar; mulata pra fornicar, negra pra trabalhar [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 169).

“De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação ‘profissional’ doméstica e mulata” [...] (GONZALEZ, 2020, 59). A partir dessa análise é possível compreender que os estigmas gerados na escravidão sobre a mulher negra ainda permeiam nos dias atuais. Desse ponto de vista pode ser identificado duas características: a mulher preta que “só serve” para o trabalho físico e a mulata que é submetida ao trabalho sexualizado (as escolas de samba podem ser citadas como um dos principais exemplos desse tipo de trabalho). “Olha lá aquela passista. Que bunda! E olha como ela mexe o umbigo. Ela deve ser muito boa de cama! Está me enlouquecendo” (GONZALEZ, 2020, 164).

---

<sup>6</sup> Termo utilizado para defender que no Brasil não existe racismo, pelo fato de ser um país miscigenado.



Segundo Lélia Gonzalez (2020), a profissão de mulata é a criação mais recente do sistema hegemônico, e é pautada no sentido de um tipo especial de “mercado de trabalho”. Com isso, a autora considera que o significado da palavra mulata ficou deturpado, deixando de significar “filha de mestiça de preto/a com branco/a” para ganhar um mais moderno “produto de exportação”. Nesse sentido, cabe ressaltar a mulata como categoria própria do Brasil. Nesse caso, a autora pontua que é justamente no Carnaval que o mito da democracia racial atinge o auge de seu impacto simbólico, em que a mulata perde seu anonimato, passando a ser a Cinderela: adorada, desejada e devorada. A mulher negra passa a ser a soberana, a rainha do samba e, nessa perspectiva, a superexploração sexual acaba sendo camuflada e até mesmo entendida como inexistente.

Todavia, é importante ressaltar que a profissão de mulata é pautada sob um processo extremo de alienação imposto pelo sistema. Por esse motivo, as jovens negras, que geralmente são de origem humilde, acabam se submetendo à exposição de seus corpos para o deleite dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Assim, elas passam a creditar que esta forma de trabalho é um meio de ascensão e glamour, e que é a melhor saída do estado de pobreza em que se encontram. Desse modo, elas são manipuladas como objetos sexuais e, sobretudo, como provas concretas da “democracia racial”. Devido a isso, por muitas vezes não atingirem seus objetivos, a maioria acaba se entregando à prostituição aberta.

Assim, a exploração sexual da mulher negra, como objeto sexual é algo que vai além dos estigmas comuns. É possível compreender que isso ocorreu ainda na escravidão e continua acontecendo nos dias atuais, porém de forma mascarada e manipulada. Então, a perspectiva da mulher negra enquanto objeto sexual ainda permeia na contemporaneidade, não somente no período de carnaval, mas também no dia a dia e em outras categorias de empregos e outros âmbitos sociais.

[...] Por exemplo, ainda existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam se iniciar sexualmente com elas. (Desnecessário dizer que é que o salário de uma doméstica é extremamente baixo.) Com isso, temos um exemplo a mais da superexploração econômico sexual de que falamos acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade da mulher negra (GONZALEZ, 2020, p. 60).

A partir da análise acima, é considerável afirmar que no que tange ao trabalho





físico submetido à mulher negra, é possível constatar que esta categoria ainda é pautada sob uma ótica de exploração econômica-sexual. A partir dessa perspectiva cabe inserir a ideia da estética do racismo<sup>7</sup> como um dos dispositivos fortalecedores dos estereótipos negativos que recaem sobre a aparência negra feminina. Este termo pode ser apresentado a partir de dois pontos de vista: a sexualização do corpo da mulher negra e a depreciação de sua aparência, no que tange aos campos sociais e do mercado de trabalho, fora dos holofotes do Carnaval. Ou seja, o racismo também pode se dá a partir do preconceito estético e, desse modo, a estética do racismo também engloba o caráter de exclusão e exploração. “[...] De acordo com Márcia Andréia, as candidatas eram rigorosamente examinadas “como se fossem cavalos”. É absolutamente necessário que estejam fisicamente perfeitas” (*Apud* GONZALEZ, 2020, p. 168).

Ao demonstrar mais ainda este estado constante de aprisionamento estético que o povo negro possui, conferindo o local da mulata na cultura brasileira, pode-se presumir que ela nunca ocupa o protagonismo. Ou a mulata é a musa máxima de um autor e nunca a protagonista, ou apenas um mero instrumento narrativo sempre sujeito e nunca objeto. “[...] Quando se analisa a presença da mulata na literatura brasileira e na música popular, sua aparência física, suas qualidades eróticas e exóticas é que são exaltadas” (GONZALEZ, 2020, p. 165).

### **O CORPO NEGRO E O DESCOLONIALISMO: UMA PERSPECTIVA ESTÉTICA DO PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ**

Os diversos tipos de opressão que ocorrem nas Américas parecem possuir como elemento central um caráter étnico-racial, que ao mesmo tempo em que passa pelos critérios raciais, ele também parece superá-lo. Por conta disso, algumas formas de discriminação aparentam ser independentes dos elementos atrelados às condições financeiras e econômicas destes grupos. Os indivíduos não brancos presentes no território nacional são sempre vistos com estereótipos e estigmas, tais quais estão: ladrão, incapaz, preguiçoso, naturalmente inferior, e objeto sexual.

---

<sup>7</sup> “[...] Quando nos anúncios de jornais, na seção de ofertas de emprego, surgem expressões tais que ‘boa aparência’, ‘ótima aparência’, etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas” (GONZALEZ, 2020, 57-58).



Dentre todos, um deles tem certo destaque, que diz respeito à estética do corpo negro de maneira vulgar. Atribui-se a “feiura” a esse agente, que para alguns da sociedade tal característica aparece quase como uma categoria ontológica das pessoas pretas. Obviamente isso vem de fatores interligados ao passado colonial do país e traça um discurso socialmente aceito que aparece como perpetuador e justificador de preconceitos. A categoria estética não permanece isolada, pois este fator possui consequências que chegam a afetar campos sociais e até mesmo de forma a ter uma consequência econômica. Com isso, Gonzalez (2020) explica que a seleção racial, já pode ser notada em anúncios de emprego que muitas vezes exigem “boa aparência”. E a partir disso a autora enfatiza que essa expressão significa “não aceitamos negros, desse modo, a autora afirma que “não é por acaso que 83,1% das mulheres negras e 92,4% dos homens negros se concentram em ocupações ligadas ao trabalho manual não qualificado” (GONZALEZ, 2020, p. 67). A questão da beleza negra, quando vista pelos olhos de uma pessoa inserida neste sistema, tudo e todos que ousam performar e demonstrar algum nível de negritude tende a ser imediatamente reprimido. O europeu parece possuir o monopólio do belo e do bom (ambos nascem filosoficamente na cultura grega como sinônimos), mas para um não branco possuir minimamente essas características, deve travestir-se de saxão, como é visto posteriormente:

Não se trata de um concurso de beleza tipo “miss” isto ou aquilo, o que não passaria de uma simples reprodução da estética da ideologia do branqueamento. Afinal, pra ser “miss” de alguma coisa a negra tem de ter “feições finas”, cabelo “bom” (“alisado” ou disfarçado por uma peruca) ou então fazer o gênero “erótico/exótico”. O que ocorre na escolha de uma Negra Ilê, por exemplo, não tem nada a ver com uma estética europeia tão difundida e exaltada pelos meios de comunicação de massa (sobretudo por revistas tipo “pleibói” ou de “moda”, assim como pela televisão). Na verdade, ignoram-se tranquilamente essas alienações colonizadas, complexadas, não só das classes “brancas” dominantes como também dos “jabuticabas” e/ou dos “negros recentes” (né, João Jorge?) (GONZALEZ, 2020, p. 215).

Segundo Gonzalez (2020), o termo “jabuticaba” é um dos maiores sintomas da situação na qual as populações negras estão inseridas. Ao terem seu corpo, estética, tradições e história, atreladas a fatores negativos, sendo invisibilizados e excluídos, acabam negando a sua própria aparência, buscando uma aproximação ao considerado “modelo de ser humano”. Em outras palavras, nega sua própria origem, ou seja, acabam por absorver os critérios pautados na ideologia do branqueamento, por isso, terminam por aderir à finalidade de enquadrar-se aos padrões da supremacia branca fundamentada em



tal ideologia. Assim, especialmente o ocultamento da história dos povos negros, afeta os sujeitos não-brancos de maneira muito particular e atingem o Ser daqueles que estão inseridos nos cortes minoritários.

Com isso, o termo “jabuticaba” diz respeito a alguém que nunca aceitou sua negritude e busca se justificar por meio de um relacionamento inter-racial, pois, como é impossível alterar sua própria etnicidade, buscam um reconhecimento a partir de uma relação na qual o parceiro é branco. E, com isso, procuram uma autoafirmação impossível de se adquirir em seu interior. Esse conceito é dotado de ironia em sua composição e relata o processo pelo qual um indivíduo acaba por desprezar a própria etnicidade, além de que é cabível a afirmação de que tais sujeitos são vítimas da ideologia e do sistema vigente, que consiste no branqueamento.

É através deste termo que notamos os níveis das questões aqui inseridas. As pessoas não brancas não possuem seus corpos como objeto Belo. E isto acaba gerando uma espécie de fuga e não reconhecimento do seu corpo e de sua identidade como pertencente a esta etnia. Tais tensões demonstram que o problema que envolve raça, racialidade e discriminação vão para além das diversas problemáticas que afetam campos variados, como o político, educacional e até o moral. As questões que envolvem o racismo também podem ser caracterizadas como uma problemática do campo da estética

A área da estética consiste em um importante marca no Ser, e também demarca uma das características mais necessárias relacionadas à prática da filosofia<sup>8</sup>. O papel filosófico da arte é um território particular, até mesmo dentro do fazer filosófico. Isso porque ele não se limita apenas a uma investigação do que é um domínio do racional, também é um debruçar-se sobre os sentimentos e sensibilidades, como é afirmado por Frederich Schiller: “defenderei a causa da beleza perante um coração que sente seu poder e o exerce, e que tomará a si a parte mais pesada de meu encargo nesta investigação que exige, com igual frequência, o apelo não só a princípios, mas também a sentimentos” (SCHIRLER, 1995, p. 23).

Entretanto, compreender que tal campo de reflexão é restrito a uma apresentação e retrato do Belo é equivalente a subestimar o poder desta área essencial e definidora do

---

<sup>8</sup> Através do campo da estética somos capazes de trazer ressignificação a diversos elementos e transmitir as mais variadas sensações.



humano, pois ela também é demarcada, em sua constituição, por um papel emancipador. O mundo atual possui uma extrema necessidade de emancipação da opressão vigente, desde sua descoberta, especialmente em um país no qual tivemos um império com caráter absolutista e uma economia com base na escravidão que só virá seu fim nas vésperas do século XX (GOMES, 2019).

O poder político e o papel social do que diz respeito ao Belo possui um papel determinante em nosso imaginário coletivo. O que é visto como detentor de beleza também assume um papel de protagonista na investigação sobre o mundo. Observando grandes pensadores sobre a importância dessa reflexão, é possível usar o pensamento de Frirderich Schiller, que via a estética como um agente de formação moral e também como um dos fatores deliberativos para que entre os humanos houvesse algo determinante à liberdade:

Não haveria uso melhor para a liberdade que me concedeis do que chamar vossa atenção para o palco das belas-artes? Não será extemporânea a busca de um código de leis para o mundo estético, quando o moral tem interesse tão mais próximo, quando o espírito de investigação filosófica é solicitado urgentemente pelas questões do tempo a ocupar-se da maior de todas as obras de arte, a construção de uma verdadeira liberdade política? (SCHILLER, 1995, p. 25).

A liberdade como um critério estético parece ser compreendido por Gonzalez (2020) à medida que ela percebe que dentro deste ser negro quase nunca existe espaço para uma beleza genuinamente negra, há apenas um tipo de idealização de um objeto sexual do corpo negro. Tal corpo não é digno de amor, de pensar ou mesmo é visto com alguma dignidade. Corpos de pessoas tidas como não brancas são vistas a partir de uma segregação. É que eles não são nem mesmo observados como corpos, dignos de se reproduzirem, são vistos como produtos de entretenimento sexual. Temos como exemplo máximo de idealização deste fato, a figura da mulata. Esta figura é um objeto estético e acima de tudo, uma mercadoria do tipo que Marx (2013) definiria como fetichizada e que acaba transformando pessoas pretas em objetos pessoais freudianos. Este objeto adquire um poder simbólico. No qual se pode perpetuar todos os estereótipos acima e ainda serve como forma de uma falsa emancipação. Este objeto, por ser vinculado à imagem do ser negro, já demonstra qual é a posição do dominante e qual é a do dominado nas estruturas políticas brasileiras, como a filósofa afirma.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Lélia Gonzalez (2020), ser mulher negra no Brasil implica sofrer tripla discriminação (machista, sexual e racial) e o racismo e o sexismo podem ser considerados os fatores determinantes dos preconceitos vivenciados por elas. Não obstante, diante das problemáticas que as mulheres negras ainda enfrentam na contemporaneidade, torna-se necessário ressaltar a importância do feminismo negro e das discussões travadas por esse movimento.

Ademais, Gonzalez (2020) define que, devido a fatores históricos e sociais, a cultura brasileira pode ser considerada como uma cultura Amefricana, em que grande parte dos ritos, imagens e figuras vieram da cultura africana. Em especial a figura das tias e das mães, era exaltada por seu povo, como “personagens” possuidoras de um caráter de proteção e de sabedoria, o que gerou uma maior valorização destas mulheres.

Pode-se dizer que a mulher negra sempre contribuiu para a formação de saberes e crenças na sociedade brasileira. Porém, diante de uma linha histórica marcada por opressão e exploração, tais conhecimentos foram invisibilizados ao longo da história através de fatores excludentes, em que mecanismos de opressão como racismo e sexismo também são utilizados como base de fundamentação do epistemicídio.

Por conta disso, a estética teve e ainda tem um papel determinante neste processo de opressão física-intelectual, à medida que a mulher negra foi constituída ao longo da história como um corpo sem mente. Um corpo que segundo os parâmetros sociais brasileiro, deve voltar-se apenas para o trabalho físico, ou submeter-se à exploração sexual, como é o caso da figura da Mulata. Assim, têm-se uma categorização de opressão e sexualização, não apenas do corpo negro feminino, como também de sua capacidade racional e de suas produções intelectuais, gerando “espanto” quando uma mulher negra ocupa um espaço visualizado como pertencente, apenas a parcela de sujeitos brancos.

Nesse viés, tanto a imagem da mulher negra, quanto sua intelectualidade, e conseqüentemente os saberes gerados por elas, são submetidos a estereótipos negativos à medida que tais estigmas também são utilizados como dispositivos de marginalização e ocultamento desses conhecimentos. Cria-se, então, a “imagem” de que tais saberes são irrelevantes e/ou ameaçadores à dignidade da sociedade brasileira. Por isso, faz-se tão necessário propor análises críticas em relação ao período colonial. E ressaltar, também,



que as formas de opressão em relação aos escravos não se deram apenas fisicamente, mas também de forma epistêmica.

Quando passamos para o campo estético e a exclusão que os corpos negros sofrem, a solução pode partir de uma maior ressignificação artística destes indivíduos e também do seu fazer artístico. É importante ressaltar que isso não significa uma solução simplista em um pedido não pragmático de “mais representatividade”, que é um tema de extrema importância. Contudo, o pedido pode muitas vezes ser interpretado de maneira equivocada ou incompleta já que os detentores do poder, tanto econômico quanto político, e até mesmo o midiático, parecem ignorar qualquer pedido de tal exigência. Ademais não vem acompanhado de algo que sirva como perpetuador de poder ou que resulte em uma multiplicação de seu capital.

A possível solução para tal questão perpassa pela criação e edificação de um modelo que possa valorizar o corpo Negro como uma categoria do Belo, em que suas vozes possam ser ouvidas e seus saberes exaltados. Onde, também pode ser válido para os demais grupos socialmente marginalizados. No local de uma súplica, aqueles que se encontram em posições dominantes ou estão inseridos socialmente em um contexto que os fazem gozar de benefícios que muitas vezes podem até desconhecer, mas afeta diretamente seu cotidiano. Logo, a construção deste local é um lugar de destaque e desta forma causa uma revolução cultural que seria construída de maneira externa, como Gonzalez afirma: “no bojo da revolução cultural, também ocorria uma revolução estética” (GONZALEZ, 2020, p. 215). Ou seja, cultura e estética também são uma revolução política.

A autora também ressalta que esta estética deve ser um ato descolonial, pois precisa exaltar os elementos da negritude para que assim haja uma ressignificação do conceito do Belo, em que, finalmente, o elemento racial não exista como um fator de pejorativo, da mesma forma que aconteceu na Noite da Beleza Negra em 1971<sup>9</sup>. Tal perspectiva já foi, em certo nível, posto em prática. Essa concepção de beleza, como um ato descolonial e revolucionário, pode em um nível individual, empoderar e consagrar os

---

<sup>9</sup> Jovens negras lindas, lindíssimas, dançando ijexá, sem perucas ou cabelos ‘esticados’, sem bunda de fora ou máscaras de pintura, pareciam a própria encarnação de Oxum, a deusa da beleza negra... E foi por aí que surgiu a ideia de instaurar a Noite da Beleza Negra, visando marcar anualmente todo um processo de revalorização da mulher negra, tão massacrada e inferiorizada por um machismo racista, assim como por seus valores estéticos eurocêntricos (GONZALEZ, 2020, p. 215).



indivíduos excluídos. E a nível coletivo, pode trazer uma melhor percepção social com relação à imagem de pessoas negras, pois estas estão incluídas no conceito de belo e possuirão sua cultura devidamente valorizada. Para finalizar, vale uma citação da autora, que define: “Noite da Beleza Negra é um ato de descolonização cultural” (GONZALEZ, 2020, p. 216).

## REFERÊNCIAS

- BARCELLA, Laura; LOPES, Fernanda. **Lute como uma garota: 60 feministas que mudaram o mundo**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2018.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamentado ser**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2005.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de zumbi dos palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo latino americano**. Editora ZAHAR, 2020.
- HOOKS, Bell. **Negras Intelectuais**. Tradução de Marcos Santarrita, 1995.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2018.
- HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Ed. Polén, 2019.
- SCHILLER, Friedrich. **A Educação Estética do Homem**. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- TAMOSAUSKAS, Thiago. **Filosofia Africana: Pensadores africanos de todos os tempos**. Ed. UNKNOWN, 2020.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo no Brasil**. Ed. Brasiliense, São Paulo- SP. 1999.